

A Mercantilização da Água: um Exame da Ideologia que a Sustenta

AUTORES

Primeiro autor: Claudia Rosa Acevedo
Professora do Programa de Mestrado em Administração
Universidade Nove de Julho – UNINOVE
Av. Dr. Adolfo Pinto, 109, 9º andar
Barra Funda
Fone: 3665-9720
E mail: claudia.acevedo@uol.com.br

Segundo autor: Dalva Regina Flores
Professora do Programa de Mestrado em Administração
Centro Universitário Moura Lacerda
Rua Padre Euclides, 995
Campos Elíseos
Ribeirão Preto, SP
E mail: dalva.regina@terra.com.br

Terceiro Autor: José Luis Hermosilla
Professor do Programa de Mestrado em Administração
Centro Universitário Moura Lacerda
Rua Padre Euclides, 995
Campos Elíseos
Ribeirão Preto, SP
E mail: hermosilla@linkway.com.br

Resumo:

O objetivo deste trabalho é examinar o processo de mercantilização da água e os argumentos que o sustentam. Mais especificamente, esta investigação visa responder às seguintes questões: quais são os argumentos que apóiam a estratégia de mercantilização da água? Existem interesses econômicos por trás desse discurso? Como se está formando o mercado da água? O método de pesquisa utilizado foram levantamentos documentais e bibliográficos. Os principais resultados encontrados foram: 1) processo de mercantilização da água apóia-se nos seguintes princípios: a) a efetividade do mecanismo de mercado para otimizar a distribuição e uso eficiente da água b) a superioridade do investimento privado sobre o público como motor de desenvolvimento econômico e social; c) a necessidade liberalização dos mercados nacionais; d) a água é uma necessidade e não um direito e por isso possui é um bem econômico e não um bem social. 2) os especialistas da área acreditam que existem fortes interesses por trás da mercantilização deste bem, principalmente por parte das empresas transnacionais e das instituições financeiras internacionais. 3) as privatizações estão acontecendo sob forte pressão das instituições financeiras internacionais. No entanto, os resultados dessas privatizações têm sido bastante negativos para as sociedades onde elas acontecem.

Palavras-chave: mercantilização da água; poder das multinacionais.

Introdução:

Várias estimativas têm apontado para a escassez da água a nível mundial. Relatórios da Unesco, por exemplo, indicam que sete milhões de pessoas enfrentarão problemas de escassez da água em 60 países ainda neste século. Outras estatísticas anunciam que até 2.100 todas as águas da superfície da terra terão sido consumidas pelas sociedades atuais (BOUGUERRA, 2003). Além disso, estima-se que atualmente, a escassez de água potável atinge três bilhões de indivíduos e a previsão é que dentro de 25 anos não haverá quantidades suficientes para as necessidades básicas da população mundial (MORELLI, 2003).

Para lidar com o problema de escassez deste bem várias entidades têm proposto sua mercantilização, ou seja, levá-la à categoria de produto, cujo preço é estabelecido pela lei da oferta e procura. Entre estas instituições estão o Banco Mundial, as Nações Unidas e o Conselho Mundial das Águas (PETRELLA, 2003a; BOUGUERRA, 2003).

Os movimentos contrários a mercantilização da água afirmam que os discursos a favor da mesma fazem parte de um forte lobby coordenado por multinacionais interessadas na exploração deste bem como mercadoria (Cadernos Diplô, 2003). Vários autores (por exemplo, PETRELLA, 2003b; BOUGUERRA, 2003; MORELLI, 2003) e ativistas sociais têm alertado para o trabalho ideológico que estas organizações vem realizando a favor desta questão.

Outros estudos têm apontado as pressões do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre os governos de países de terceiro mundo para que acelerem ou iniciem processos de privatização relacionados à exploração da água, de abertura dos seus mercados e de supressão do monopólio público local sobre a exploração e comercialização água (POUPEAU, 2003; KORTEN, 1995; CLARKE, 1997; MARIS, 2003; BAUDRU e MARIS, 2003; BARLOW e CLARKE, 2003).

O objetivo do presente trabalho é examinar o processo de mercantilização da água e os argumentos que o sustentam. Mais especificamente, esta investigação visa responder às seguintes questões: quais são os argumentos que apóiam a estratégia de mercantilização da água? Existem interesses econômicos por trás desses discursos? Como se está formando o mercado da água?

Metodologia

O método de pesquisa utilizado neste trabalho foram levantamentos documentais e bibliográficos.

Resultados

Atualmente, o modelo de desenvolvimento dominante na economia mundial é a globalização econômica cuja filosofia central é a competitividade internacional, respaldada na privatização, na desregulamentação e na liberalização da economia. De acordo com essa ideologia, o capital, os bens e serviços devem fluir livremente entre as nações. Dessa forma, não podem existir barreiras de comércio, intervenção ou regulamentação governamental (BARLOW e CLARKE, 2003; MANDER, 2001; GREIDER, 1997).

As instituições que são os alicerces da nova ordem econômica mundial são a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Cada uma dessas instituições possui funções extremamente importantes para garantir o funcionamento do novo modelo econômico (BARLOW e CLARKE, 2003; PETRELLA, 2002; MARCHACK, 1993).

A Organização Mundial do Comércio (OMC) é encarregada de ditar as regras internacionais de comércio e serviços com a finalidade de eliminar as barreiras tarifárias ou não-tarifárias entre os países. O grande objetivo da OMC é promover a desregulamentação e a

privatização (BARLOW e CLARKE, 2003; PETRELLA, 2002; MARCHACK, 1993; WALLACH e SFORZA, 1999; BARKER e MANDER, 1999).

O FMI e o Banco Mundial representam as principais fontes de recursos financeiros internacionais. Desta forma, como condição básica para a tomada ou renovação de empréstimos e pagamentos de dívidas, a principal política dessas duas instituições financeiras nas últimas três décadas tem sido a imposição da privatização dos serviços públicos e a redução de gastos governamentais com infra-estrutura básica e com serviços essenciais, como educação, saúde, saneamento básico e programas sociais (BARLOW e CLARKE, 2003, PETRELLA, 2002).

No entanto, os principais atores da nova ordem econômica mundial são as empresas transnacionais, que, utilizando forte lobby sobre as principais instituições internacionais como a OMC, o FMI e o Banco Mundial, promovem políticas, leis e programas que proporcionam segurança e legitimidade para seus investimentos ao redor do mundo (KORTEN, 1995; CLARKE, 1997; MARIS, 2003; BAUDRU e MARIS, 2003; BARLOW e CLARKE, 2003, PETRELLA, 2002).

Atualmente a indústria da água é composta por dez grandes corporações transnacionais. As duas maiores empresas desse setor são as francesas Vivendi Universal e a Suez. Estas duas empresas juntas controlam mais de 70% da indústria da água. A maior parte dos conglomerados da indústria da água operam em vários outros setores-chaves da economia, como eletricidade, construção civil, gás e entretenimento. No entanto, dentro do setor da água suas atividades relacionam-se às seguintes atividades: 1) serviços de água e esgoto; 2) instalações de tratamento de água; 3) construção e engenharia ligadas à água; 4) novas tecnologias para a água, como dessalinização da água do mar (KORTEN, 1995).

O interesse das multinacionais no mercado da água reside no fato que o fornecimento de água para as famílias e indústrias no mundo movimenta hoje em dia um volume de 400 bilhões de dólares por ano. Além disso, as projeções para o futuro já passam de um trilhão de dólares anuais. O potencial de crescimento da indústria é muito alto visto que hoje em dia apenas 5% da população mundial tem acesso aos serviços básicos de água (MORELLI, 2003; BARLOW e CLARKE, 2003).

Outra característica da globalização conduzida pelas corporações transnacionais é a privatização de recursos naturais e a conseqüente mercantilização dos mesmos (DALY e COBB, 1989; BARLOW e CLARKE, 2003). Segundo PETRELLA (2002), tal fenômeno faz parte de uma tendência geral que vem atingindo todos os setores da economia. Para o autor, a privatização generalizada permitiu que as corporações assumissem o controle e direção da distribuição de recursos e de ganhos de produtividade tanto nos níveis locais e nacionais, quanto globais.

É neste contexto econômico que a mercantilização da água vem ocorrendo. Assim, para enfrentar a iminente escassez da água no mundo, as instituições internacionais ligadas à água têm proposto a mercantilização da mesma (BOUGERRA, 2003).

Os argumentos que embasam a proposta de mercantilização da água são os seguintes:

1) o desperdício no uso e gerenciamento da água decorre do fato desse recurso ter sido considerado até os dias atuais como um bem social, cujos preços via de regra são muito baixos, o que estimula o desperdício. Dessa forma, a água deve ser considerada como um bem econômico, com preços estabelecidos pelo mercado que reflitam sua escassez atual. Assim, o mercado é o mecanismo mais eficiente para otimizar a distribuição e uso eficiente da água (PETRELLA, 2002; PETRELLA, 2003b).

2) O setor privado representa eficiência, lucratividade, flexibilidade e equidade. Por outro lado, o setor público caracteriza-se por burocracia, ineficiência, rigidez, corrupção e corporativismo. Dessa forma, o setor privado é o mais indicado para gerir um recurso escasso (PETRELLA, 2002; PETRELLA, 2003b; BARLOW e CLARKE, 2003) e por isso as privatizações devem ser estimuladas.

3) A água é uma necessidade e não um direito, pois os direitos humanos dizem respeito apenas aos direitos civis. Na vida econômica e social existem apenas bens (PETRELLA, 2003b).

4) É necessário promover-se a liberalização dos mercados, pois a alocação ideal de recursos necessita de total liberdade de acesso aos diferentes mercados (PETRELLA, 2003b).

Os principais proponentes desta ideologia (além do FMI, Banco Mundial, OMC e da Organizações Unidas) são as seguintes instituições: a Parceria Global da Água (GWP), o Conselho Mundial da Água (WWC) e a Comissão Mundial sobre a Água para o Século XXI (WCW). Estas agências foram concebidas durante duas conferências que aconteceram em 1992: a Conferência Internacional sobre a Água e Ambiente e a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento. Tais agências possuem fortes vínculos com corporações relacionadas à água e com instituições financeiras internacionais (BARLOW e CLARKE, 2003).

Alguns exemplos desses vínculos são os seguintes: o diretor do comitê central da GWP, que também dirige a WCW, é o vice-diretor do Banco Mundial. Da mesma forma, em 2001 a recém eleita presidente da GWP também foi nomeada presidente do conselho científico internacional da Multinacional Suez-Lyonnaise, uma das duas maiores empresas mundiais no mercado da água (PETRELLA, 2003a). Além disso, em 1999, um ex-diretor dessa multinacional era o vice-presidente do Conselho Mundial da Água (BARLOW e CLARKE, 2003).

Em 1996, foi atribuída ao Conselho Mundial da Água (CMA), organização privada criada com apoio político e financeiro do Banco Mundial, a incumbência de elaborar a visão mundial da água que servirá como base para a política mundial da água. Assim, desde 1997, o CMA vem promovendo a cada três anos um Fórum Mundial da Água, cuja idéia central é promover debates e estratégias mundiais sobre a água (PETRELLA, 2003a; PETRELLA, 2003b).

Por outro lado, vários instrumentos que garantem a gestão da água vem sendo produzidos por essas organizações. Entre eles estão as seguintes ferramentas: *Integrated Water Resources Management* (IWRM), guia mundial de gestão da água, *World Water Assessment Program* (WWAP), sistema de avaliação das políticas de água, e o *World Water Development Report*, relatórios que controlam o desenvolvimento das políticas da água. Dessa forma, criou-se uma oligarquia mundial da água que além de elaborar as regras e instrumentos de avaliação, controla as políticas mundiais relacionadas à água (PETRELLA, 2003a).

Em relação à maneira como as privatizações relacionadas à água estão ocorrendo, verifica-se que os documentos de empréstimo do FMI produzem um quadro bastante significativo de como estas privatizações estão se processando. A análise dos documentos de empréstimo dessa instituição para 40 nações durante o ano 2.000 mostram que o FMI exige a privatização dos serviços relacionados à água e o total repasse dos custos aos consumidores como condição de empréstimo ou renegociação de dívidas. Na Tanzânia, por exemplo, o FMI exigiu que tanto os ativos da empresa pública da água quanto os da empresa de esgotos passassem para empresas privadas a fim de que o país conseguisse diminuir sua dívida com a instituição. Para Ruanda, o FMI determinou a privatização tanto dos serviços da água quanto de eletricidade (BARLOW e CLARKE, 2003; POUPEAU, 2003; SOLON, 2003).

O Banco Mundial, por sua vez, segue a mesma política do FMI. Na Nigéria, por exemplo, o Banco Mundial prescreveu a privatização das empresas de água, de telecomunicações, de eletricidade e de petróleo (BARLOW e CLARKE, 2003). Essa instituição também exigiu que o governo da Bolívia privatizasse seus serviços de água na cidade de Cochabamba como condição para que o país recebesse um empréstimo de US\$ 25 milhões. Assim como para as nações citadas, vários outros países vêm sofrendo os mesmos tipos de exigências impostas por estas instituições financeiras (BARLOW e CLARKE, 2003; POUPEAU, 2003; SOLON, 2003).

Cabe ressaltar que o Banco Mundial além de colaborar para as privatizações dos serviços da água da forma já mencionada, ele ainda participa desses processos com mais uma função. É ele o principal instrumento de empréstimo de capital para as corporações da água (BARLOW e CLARKE, 2003).

De um modo geral, a privatização dos serviços relacionados à água tem sido realizada sob três formas dominantes. No primeiro tipo de privatização, as empresas públicas que fornecem a água e o sistema de tratamento são vendidas para as empresas privadas. Exemplo dessa forma é a que ocorreu no Reino Unido. A segunda categoria de privatização consiste na concessão pelas autoridades locais para as corporações para que elas operem e mantenham o sistema de água. Este tipo de privatização também é denominado de parceria público-privada e é o modo mais comum de privatização atualmente. A terceira forma consiste na contratação de uma empresa privada pelo governo local para que a empresa administre esses serviços em troca de uma taxa. Neste modo, a corporação não fica com as receitas ou os lucros do serviço da água (BARLOW e CLARKE, 2003; PETRELLA, 2002).

Os três tipos de privatização vêm produzindo experiências negativas para as populações locais. Na França os preços subiram constantemente nos últimos anos. Além disso, vários escândalos de corrupção relacionados às concessões de gerenciamento vêm sendo levantados no país. No Reino Unido o desperdício da água aumentou, os preços subiram, as desconexões por falta de pagamento de contas, assim como as interrupções de abastecimento tornaram-se bem mais freqüentes. Na Índia, muitas famílias passaram a gastar 25% de suas rendas com os serviços da água. Estas experiências negativas repetiram-se na Argentina, Moçambique, Bolívia, Honduras, Nicarágua, Espanha, Hungria, Alemanha, Estados Unidos, entre outros (POUPEAU, 2003; SOLON, 2003; BARLOW e CLARKE, 2003; PETRELLA, 2002; PETRELLA, 2003b; MARIS, 2003).

Assim, na maior parte dos países os principais problemas após as privatizações foram: aumento dos preços, dos desperdícios e dos cortes de fornecimentos; diminuição da qualidade da água; não cumprimento dos investimentos acordados nos processos de privatização, falta de transparência pública e escândalos de corrupção. Além disso, em todos os países, as classes sociais que mais foram prejudicadas foram os grupos mais pobres da população (POUPEAU, 2003; SOLON, 2003; BARLOW e CLARKE, 2003; PETRELLA, 2002; PETRELLA, 2003b; MARIS, 2003; HALL, 2001).

Por outro lado, as sociedades que tiveram seus sistemas de tratamento de água ou de esgoto privatizados sofreram outros impactos negativos. Trata-se dos gastos, investimentos e garantias financeiras que o setor público foi obrigado a realizar para financiar a privatização. Exigiram-se dos governos desses países tanto contribuições em dinheiro, como isenções ou reembolsos fiscais. Além disso, a maior parte dos contratos garantiam às corporações privadas lucros e empréstimos durante o período do contrato.

Vários governos tentaram cancelar ou cancelaram seus contratos de privatização da água. No entanto, como a maior parte dos mesmos referem-se a períodos de duas a três décadas, muitos governos locais estão enfrentando pesados processos na justiça, como é o caso da Cochabamba (Bolívia), Valença (Espanha), Szeged (Hungria) e Tucuman (Argentina) (POUPEAU, 2003; SOLON, 2003; BARLOW e CLARKE, 2003; PETRELLA, 2002; PETRELLA, 2003b; MARIS, 2003; HALL, 2001).

Um dos casos de luta contra a privatização mais citados na literatura é o caso de Cochabamba. Quando o governo local desta cidade rompeu os contratos de privatização de serviços de água potável, as represálias logo se fizeram presentes. A principal acionista da empresa que operava os serviços da água na Bolívia, a empresa norte-americana Betchel, pediu uma indenização 50 vezes maior do que investiu no país. Além disso, entrou com um processo nos tribunais internacionais já que a OMC rege não só o comércio da água, mas seus serviços também (SOLON, 2003).

Sob as regras do GATT a água é definida como mercadoria. Assim, conforme as regras da OMC os países não podem impor restrições quantitativas sobre suas importações ou

exportações. Além disso, também são vedadas cotas que restrinjam sua exportação, pois são consideradas medidas comerciais restritivas ao comércio internacional. Por outro lado, o Acordo Geral de Comércio e Serviços (GATS) da OMC também considera a água um serviço e dessa forma, os seus serviços também ficam sob as regras desta instituição.

Na verdade, as experiências negativas citadas ilustram que a mercantilização da água está baseada em uma filosofia falaciosa. Assim, vários pontos da ideologia que a sustentam devem ser analisados atenciosamente antes de serem aceitos.

Um primeiro ponto a ser considerado é a causa da escassez da água. Os especialistas na área têm mostrado que os principais fatores responsáveis pela sua escassez são o aumento das práticas de agricultura intensiva, a poluição industrial e o grande crescimento na construção de barragens no mundo todo. Assim, não é o fato da água ser um bem social, que possui preços baixos, que tem estimulado o desperdício. Na verdade, as estatísticas demonstram que o preço da água subiu bastante no mundo todo na última década, sem gerar em contra partida uma redução dos seus gastos (PETRELLA, 2002, BARLOW e CLARKE, 2003).

Um segundo ponto a ser analisado é a efetividade da lei do mercado como reguladora da escassez desse bem. Na verdade, um dos principais elementos do funcionamento da lei de mercado é a existência de bens substitutos que permitem que os consumidores escolham entre aqueles que melhor satisfaçam suas demandas em relação a preços e qualidade. No entanto, a água não possui nenhum substituto (PETRELLA, 2002, 2003a, DELÉAGE, 2003). O petróleo, por exemplo, pode ser substituído por outro tipo de energia ou combustível, como álcool. Mas a água é indispensável à vida humana. Segundo PETRELLA (2002), o fato de a água ser insubstituível, faz dela um bem básico que deve estar livre da valorização de mercado.

Por outro lado, a busca do lucro que é inerente à iniciativa privada é incompatível com o zelo pelo bem estar das sociedades como atividade central. Assim, cabe ao estado a administração de serviços essenciais à população. Além disso, a premissa de que apenas a iniciativa privada é eficiente, e que o setor público é por sua natureza corrupto, inflexível e ineficiente é contrariada por dados empíricos, que comprovam que tal fato não é sempre verdade. De um modo geral, os serviços públicos têm passado por uma onda de reestruturação que têm perseguido a eficiência e a flexibilidade acima de tudo. A literatura está repleta de exemplos de serviços públicos eficientes. No setor da água, um exemplo muito comumente citado é o da SABESP (Saneamento Básico do Estado de São Paulo), que é a maior empresa pública de água no mundo. Em 1995 iniciou-se o processo de reestruturação da SABESP. Nesse mesmo ano a empresa conseguiu aumentar em quase 10% as áreas de fornecimento de água tratada. Os custos operacionais da empresa caíram em até 45%. Além disso, com o êxito do programa de reestruturação, a empresa expandiu seus projetos de responsabilidade ambiental (HALL, 2001).

Segundo BARLOW e CLARKE (2003), não importa o quão responsável uma empresa privada seja na condução de seus negócios. A iniciativa privada não é concebida para servir ao interesse público. Sua principal meta consiste em maximizar os lucros para satisfazer seus acionistas. E para aumentar os lucros, as empresas terão que estimular o consumo desse bem. Dessa forma, o princípio de sustentabilidade no longo prazo de um bem escasso fica comprometido.

Por outro lado, o modelo de privatização não está preocupado com a distribuição equitativa do bem escasso. Ao contrário, a água enquanto mercadoria irá acentuar as desigualdades existentes tanto entre classes sociais dentro de uma nação, quanto entre os países industrializados e os do terceiro mundo (HALL, 2001; PETRELLA, 2002; BARLOW e CLARKE, 2003). Segundo Vandana Shiva, a mercantilização da água não resolve a escassez de água, o que ela faz é proporcionar acesso a esse bem apenas aos indivíduos com maior poder econômico, excluindo os mais pobres (SHIVA, 2000).

Além disso, as políticas de precificação da água estão centradas no uso da mesma pelos indivíduos. No entanto, a agricultura é responsável por 70% de seu consumo e a indústria, por 20%. Assim, o consumo da população é de apenas 10%. No entanto, as políticas das agências internacionais relacionadas à água pouco se atêm a essa questão (DELEAGE, 2003).

Cabe ainda ressaltar que as privatizações de bens sociais deixam as populações totalmente nas mãos de corporações que podem decidir agir de forma socialmente responsável ou não. Assim, ao passar os serviços da água para a iniciativa privada, os governos se ausentam de suas responsabilidades para com a sociedade. Além disso, os Estados necessitam lembrar que seu principal papel é fornecer segurança aos cidadãos e não às corporações. No entanto, cada vez mais os modelos de bem estar social estão sendo substituídos por modelos de segurança corporativa (BARLOW e CLARKE, 2003).

Vale ainda lembrar que sendo a água considerada como mercadoria, ela fica à mercê das regras da OMC e de outros tratados multilaterais de comércio, cuja filosofia central é que a mercadoria deve ir para as mãos de quem pode pagar por ela. Além disso, a OMC é uma instituição relacionada ao comércio e como tal sua missão é proteger os interesses das empresas e não dos cidadãos. Por outro lado, a OMC tem o poder de impor suas regras e até sanções a países que se recusarem a cumpri-las. Segundo BARLOW e CLARKE (2003), os tribunais da OMC não apenas julgam as disputas comerciais entre nações, mas também podem anular leis e políticas domésticas que estejam contra as regras dessa instituição.

Em um primeiro momento, privatizar os sistemas de água pode parecer promissor para os governos com dificuldades financeiras. As perspectivas dos lucros com as vendas e a idéia de que não será mais necessário investir em infra-estrutura são totalmente ilusórias. Como já foi discutido anteriormente, as experiências da privatização da água têm mostrado que os governos locais foram obrigados a financiar os investimentos privados.

Conclusão

O objetivo deste trabalho era examinar o processo de mercantilização da água e os argumentos que a sustentam. Mais especificamente, a investigação visava responder às seguintes questões: quais são os argumentos que apóiam a estratégia de mercantilização da água? Existem interesses econômicos por trás desses discursos? Como está se formando o mercado da água?

Verificou-se que o processo de mercantilização da água está apoiado nos seguintes princípios: a) o valor econômico da água; b) a efetividade do mecanismo de mercado para otimizar a distribuição e uso eficiente da água c) a superioridade do investimento privado sobre o público como motor de desenvolvimento econômico e social; d) a necessidade liberalização dos mercados nacionais; e) a água enquanto necessidade e não um direito.

Os acadêmicos, especialistas e ativistas sociais relacionados à água acreditam que a nova predisposição mundial em mercantilizar a água vem sendo coordenada por um forte lobby de multinacionais interessadas na exploração deste bem como mercadoria. Segundo pesquisas anteriores, instituições financeiras internacionais, como o FMI, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC) estão coordenando o processo de privatização da água.

Por outro lado, as privatizações estão acontecendo sob forte pressão das instituições financeiras internacionais. No entanto, os resultados dessas privatizações têm sido bastante negativos para as sociedades onde elas acontecem.

Para os acadêmicos da área a ideologia que sustenta a mercantilização da água é falaciosa, por várias razões. Uma delas é que as empresas privadas não são projetadas para zelar pela distribuição equitativa de um bem escasso ou para cuidar da sustentabilidade no longo prazo de um bem, já que sua finalidade maior é gerar lucros para seus acionistas. Por outro lado, a água não pode ser gerida sob a lei da oferta e procura do mercado, pois é um bem diferenciado e necessário para a sobrevivência da raça humana e desta forma deve ser considerado um bem social e não um bem econômico.

As implicações deste estudo são de extrema importância para os administradores públicos e responsáveis por políticas governamentais. O conhecimento da filosofia que está no âmago da tese da mercantilização da água e das reais causas da escassez desse bem colabora para que a questão da água seja analisada a partir de novos referenciais teóricos e ideológicos.

Assim como outras pesquisas, este trabalho apresenta certas limitações. A principal delas consiste no fato de se tratar de uma investigação respaldada apenas em levantamentos de dados secundários.

Nos últimos anos, surgiram vários movimentos e grupos de debate sobre a preservação da água. No entanto ainda existe muita carência de pesquisa acadêmica sobre a questão. A área de administração poderia colaborar no debate com investigações sobre as corporações transnacionais da água e suas influências sobre os governos, sobre a mídia, o FMI, a OMC, o Banco Mundial e sobre as Nações Unidas. Algumas questões que poderiam ser aprofundadas são: como elas utilizam o lobby e as relações públicas para afetar a legislação de nações e as regras dos tratados internacionais de comércio para se beneficiarem? Em um momento em que a maior parte das empresas buscam mostrar aos consumidores o quanto elas exercem responsabilidade social, como os funcionários das transnacionais da água lidam com dilemas éticos? Qual é a visão de ética dessas corporações?

Em 1986 Philip Kotler, ao analisar os problemas associados com a entrada de empresas em mercados protegidos por barreiras comerciais, afirmou que o marketing estava se tornando cada vez mais um exercício político. Dessa forma, o autor propôs que as empresas deveriam praticar a estratégia que ele cunhou de “Megamarketing” em que o poder e as relações públicas seriam dois novos instrumentos de marketing a serem agregados às práticas da disciplina (KOTLER, 1986; SHETH, GARDNER e GARRET, 1988).

Esta é mais uma sugestão de direcionamento de pesquisa que pode ser perseguido em relação às corporações da água. Até que ponto as empresas transnacionais estão praticando as estratégias de Megamarketing? Quais são os impactos sociais e econômicos dessas práticas para a humanidade ou para os países do terceiro mundo? Tais questões relacionam-se ao escopo de pesquisa de Macromarketing, que se preocupa com os impactos sociais das estratégias de marketing.

Outros temas que são de extremo valor para o desenvolvimento da pesquisa acadêmica sobre questão são:

- novas estratégias de proteção das reservas de água que os governos e comunidades locais têm encontrado;
- formas alternativas de gerenciamento dos serviços de água encontradas pelas comunidades locais;
- impactos da mercantilização da água nas legislações e políticas locais;
- esforços das comunidades para organizar e influenciar processos políticos para manter os serviços da água públicos;
- experiências bem sucedidas de parcerias entre vários níveis de governo de uma nação no gerenciamento e administração dos serviços de água
- como as discussões sobre a privatização dos serviços da água estão sendo incorporadas nas discussões globais sobre a questão;
- experiências positivas de comunidades que conseguiram evitar ou interromper os processos de privatização dos serviços da água;
- experiências dos processos de privatização;
- como a OMC e a ONU estão se posicionando frente aos inúmeros problemas que as privatizações dos serviços da água vêm gerando em diferentes nações.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BARKER, D. e MANDER, J. *O Governo Invisível: A Organização Mundial do Comércio como um Governo Global para o Novo Milênio?* São Francisco: Fórum Internacional sobre Globalização, 1999.

BARLOW, M. e CLARKE, T. *Ouro Azul – como as Grandes Corporações Estão se Apoderando da Água doce do nosso Planeta.* São Paulo: M. Books, 2003.

BAUDRU, D. e MARIS, B. Os Mestres da Água do Planeta. *Cadernos Diplô*, No. 3, p. 26-27, 2003

BOUGUERRA, M. A Guerra pela Água, *Cadernos Diplô*, No. 3, p. 8-11, 2003

CLARKE, T. *Golpe silencioso: Confrontando a Aquisição Corporativa do Canadá.* Ottawa: Centro Canadense para Alternativas Políticas , 1997.

DALY, H. e COBB, J. *Para o Bem Comum: Redirecionando a Economia para a Comunidade, o Ambiente e um Futuro Sustentável.* Boston: Beacon Hill Press, 1989.

DELÉAGE, J. A Nova Questão Estratégica Mundial. *Cadernos Diplô*, No. 3, p. 5-7, 2003.

GREIDER, W. *Um Mundo Pronto ou Não: A Lógica Mágica do Capitalismo Global.* Nova York: Simon & Shuster, 1997.

HALL, D. *A Água em Mãos Públicas. Serviços Públicos Internacionais.* 2001.

KORTEN, D. *Quando as Corporações Regem o Mundo.* São Francisco Kumarian Press Inc., 1995.

KOTLER, P. Megamarketing. *Harvard Business Review*. p.117-124, March-April, 1986.

MANDER, J. *Caso Contra a Economia Global.* Londres: Earthscan Publications, 2001.

MARCHACK, P. *O Circo Integrado: o Novo Direito e a Reestruturação dos Mercados Globais.* Montreal: McGill, 1993.

MARIS, B. O Apetite Voraz das Multinacionais. *Cadernos Diplô*, No. 3, p. 22-25, 2003.

MORELLI, L. Água: nas Mãos de Quem? *Cadernos Diplô*, No. 3, p. 19-21, 2003.

PETRELLA, R. *O Manifesto da Água – Argumentos para um Contrato Mundial.* Petrópolis: Vozes, 2002.

PETRELLA, R. Uma Necessidade Vital se Torna Mercadoria. *Cadernos Diplô*, No. 3, p. 12-15, 2003a.

PETRELLA, R. A Conquista da Água. *Cadernos Diplô*, No. 3, p. 16-17, 2003b

POUPEAU, F. Os Desgastes da Privatização. *Cadernos Diplô*, No. 3, p. 28-31, 2003.

SHETH, GARDNER e GARRETT, *Marketing Theory*, New York: John Wiley & Sons, 1988.

SHIVA, V. *Colheita Roubada: O Seqüestro do Suprimento de Comida Global*. Cambridge: South End Press, 2000.

SOLON, P. A Lição de Cochabamba. *Cadernos Diplô*, No. 3, p. 32-33, 2003.

WALLACH, L. e SFORZA, M. *Organização Comercial: a Organização Corporativa e a Erosão da Democracia*. Washington: Public Citizen, 1999.